

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi tornada pública a situação de uma recém-nascida que foi retida pelo hospital de Cascais por suspeita, não comprovada e desmentida por exames toxicológicos, de uso de canábis por parte da sua mãe. A situação, por ser grave e não ter respaldo na lei, exige explicações por parte da tutela.

Segundo o que foi tornado público, no dia 10 de agosto, uma jovem de 25 anos, de nacionalidade brasileira e residente em Massamá, deu entrada no hospital de Cascais em trabalho de parto. O parto aconteceria na manhã do dia seguinte.

Foi no pós-parto que o hospital de Cascais terá decidido acionar a CPCJ, o Ministério Público e assistentes sociais. Tudo porque a mãe terá dito, em consulta no início da gravidez, que utilizava canábis de forma esporádica. Ainda que tenha explicado que não tinha utilizado a substância durante a gravidez, o hospital de Cascais não acreditou e, para além de ter acionado CPCJ, assistentes sociais e Ministério Público, coagiu a mãe a testes toxicológicos (a si e à bebé), ameaçou-a com a retirada da bebé e reteve a recém-nascida durante dias.

Como já se disse, a situação é grave. Primeiro porque a utilização de canábis não é crime em Portugal, pelo que parece desproporcional o acionamento de entidades como a CPCJ ou o Ministério Público; segundo, porque como se provou pelos resultados toxicológicos todas as acusações e suspeitas feitas pelo hospital de Cascais mostraram ser falsas e infundadas, mas a mãe, pai e recém-nascida foram ameaçados e coagidos em várias situações; terceiro, porque este tipo de coação não é condizente com a aliança terapêutica que deve existir entre profissionais de saúde e cidadãos.

Perante a violência de toda esta situação e a forma discricionária como o hospital de Cascais atuou é necessário que o Ministério atue, primeiro dizendo se concorda com este tipo de atuação e se lhe parece uma boa prática hospitalar, segundo, investigando o sucedido e apurando responsabilidades. Isto porque não se pode ignorar que o hospital de Cascais lançou suspeitas falsas sobre estes utentes, criminalizou um comportamento que não é crime, coagiu e

ameaçou com a retirada da criança e reteve a bebé no hospital.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem conhecimento da situação aqui relatada?
2. Concorda com estas práticas ou considera que houve abuso por parte do hospital de Cascais?
3. Vai abrir, como se exige, uma investigação sobre o sucedido, para avaliar práticas e apurar responsabilidades?

Palácio de São Bento, 1 de setembro de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)